

SEMINÁRIO *DESTRUIÇÕES/ CONSTRUÇÕES:*¹

*FRAGILIDADES, AMEAÇAS E RESSIGNIFICAÇÃO
DO PATRIMÔNIO CULTURAL*

GABRIEL DE ANDRADE FERNANDES, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO,
SÃO PAULO, BRASIL

Doutorando, mestre e bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP). Atua como especialista no Centro de Preservação Cultural da USP, onde promove atividades de cultura e extensão universitária relacionadas ao campo do patrimônio cultural. Desenvolve pesquisas com foco nas interfaces entre paisagem, natureza, arquitetura e patrimônio.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2000-0633>

E-mail: gaf.arq@usp.br

DOI

<http://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v17i34p148-163>

RECEBIDO

21/12/2022

APROVADO

21/12/2022

1. Relato publicado na seção Relatos e Depoimentos. (Nota do Editor).

SEMINÁRIO DESTRUIÇÕES/CONSTRUÇÕES: FRAGILIDADES, AMEAÇAS E RESSIGNIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

GABRIEL DE ANDRADE FERNANDES

RESUMO

O seminário *Destruições/Construções: fragilidades, ameaças e ressignificação do patrimônio cultural*, promovido pelo Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo (CPC-USP) em parceria com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da mesma universidade, discutiu as dramáticas destruições do patrimônio cultural ocorridas no Brasil nos últimos anos, refletindo sobre os bens culturais, os sentidos das ausências, identidades, afetos e valores. O seminário ocorreu entre 26 e 27 de outubro de 2022 e atraiu público significativo para a Casa de Dona Yayá, sede do CPC. Reuniram-se pesquisadores, profissionais e ativistas do patrimônio cultural dedicados a pensar não só as consequências dos processos de destruição e perda como suas formas de prevenção em todos os seus atravessamentos (políticos, econômicos, sociais, culturais, científicos). Este texto faz um relato sobre as mesas-redondas e tece considerações acerca do conjunto das discussões levantadas ao longo do evento.

PALAVRAS-CHAVE

Cultura material. Memória. Identidade.

**SEMINAR DESTRUIÇÕES/CONSTRUÇÕES:
FRAGILIDADES, AMEAÇAS E RESSIGNIFICAÇÃO
DO PATRIMÔNIO CULTURAL**

GABRIEL DE ANDRADE FERNANDES

ABSTRACT

The seminar *Destruições/Construções: fragilidades, ameaças e ressignificação do patrimônio cultural*, promoted by the Center of Cultural Preservation (CPC) of University of São Paulo in a partnership with the School of Architecture and Urbanism (FAU) of the same university, discussed the dramatic destructions of cultural heritage that occurred in Brazil in recent years, reflecting on cultural assets, the meanings of the absences, identities, affections, and values. The seminar took place in October 26 and 27, 2022 and attracted a significant public to the Casa de Dona Yayá, head office of the CPC. Cultural heritage researchers, professionals, and activists were reunited dedicated to think not only about the consequences of the destruction and loss processes but their prevention in all their aspects (political, economic, social, cultural, scientific). This text reports about the roundtables and draws considerations about the set of discussions raised throughout the event.

KEYWORDS

Material culture. Memory. Identity.

1 INTRODUÇÃO

O campo do patrimônio cultural em anos recentes vem testemunhando uma série de episódios traumáticos relacionados à perda ou destruição de bens culturais significativos para os mais diversos grupos sociais. De desastres naturais a acidentes trágicos, passando por incidentes fruto de inépcia e falta de cuidado na preservação ou pela omissão criminosa e descaso de responsáveis nos processos de conservação, acompanhamos nos últimos anos uma sucessão de casos significativos de destruição e demolição de bens culturais. As enchentes em São Luís do Paraitinga, o incêndio do edifício sede do Museu Nacional no Rio de Janeiro, os graves e criminosos desastres ambientais de Brumadinho e Mariana, não foram poucos os momentos de luto, de indignação e da consequente mobilização pública em torno de processos – também não poucas vezes interrompidos sumariamente – de reparação e justiça.

Além da irrecuperável perda da materialidade, contudo, e em que pese o trauma que eles geram, tais episódios também constituem momentos privilegiados para a reflexão em torno de todo um conjunto de ressignificações, reapropriações e novas articulações sociais possíveis promovidas em torno dos bens e das populações violentadas. Novas pactuações são realizadas, novas formas de mobilização se constituem a partir do luto e novos processos de memorialização e patrimonialização emergem.

Longe aqui de celebrar esses momentos como oportunidades únicas de reinvenção e de reproduzir platitudes de discursos de autoajuda ou contaminados pela lógica neoliberal, no entanto, há que se reconhecer processos interessantes de ressignificação em vários desses casos traumáticos de perdas e de destruição: articulam-se novos sentidos em torno do patrimônio e mobilizam-se novos processos de identificação, preservação e valorização do patrimônio cultural. Para além disso, muitos desses casos também apresentam oportunidades para repensarmos – sem que isso redunde em uma adesão a priori e acrítica a uma suposta defesa do descuidado ou da não preservação – as próprias epistemologias do patrimônio (e, em particular, da teoria da conservação) com as quais embasamos nossos olhares e reflexões quanto ao tema: trata-se de momentos para repensar a forma como naturalizamos as concepções que temos acerca da preservação, destruição, perda, construção etc. Afinal, conforme nos lembra Gonçalves:

Caberia ao pesquisador, para entender de modo mais sistemático o campo dos patrimônios e dos museus, dedicar tanta atenção às práticas de preservação quanto ao seu avesso, as práticas de destruição, as quais acompanham as primeiras como uma sombra. Se assim procedemos, é possível perceber que a noção mesma de “identidade” não apresenta de fato a estabilidade e a coerência que muitas vezes lhes é atribuída. [...] Nos processos de produção social das identidades, estas não resultam de um exclusivo trabalho coletivo de construção e preservação, uma vez que as práticas de destruição lhes são igualmente indispensáveis. No plano individual ou coletivo, somos, antes de tudo, o que esquecemos e descartamos (GONÇALVES, 2015, p. 225).

Dessa forma, os vários casos de destruição e perda de bens culturais a que assistimos estupefatos em anos recentes nos possibilitam refletir sobre múltiplas dimensões das práticas patrimoniais: os processos de construção social do esquecimento e da lembrança imbricados nas negociações e disputas em torno da sedimentação da memória coletiva; as formas de lidar social e materialmente com o trauma; como articular políticas públicas que não só previnam novas tragédias mas também que as mitiguem, de forma sensível e justa, numa ampla perspectiva de direito à verdade, justiça e reparação em torno da violência sofrida em torno da destruição; sobre como negociar politicamente e democraticamente os tempos seguintes aos eventos.

Foi em torno dessas e outras pautas que se organizou o seminário *Destruições/Construções: fragilidades, ameaças e ressignificação do patrimônio cultural*, promovido pelo Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo (CPC-USP) em parceria com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da mesma universidade. O seminário ocorreu entre 26 e 27 de outubro de 2022 e atraiu público significativo para a Casa de Dona Yayá, sede do CPC. Reuniram-se pesquisadores, profissionais e ativistas do patrimônio cultural dedicados a pensar não só as consequências dos processos de destruição e perda, mas também suas formas de prevenção em todos os seus atravessamentos (políticos, econômicos, sociais, culturais, científicos).

2 PANORAMA DO EVENTO

2.1 Dia 1

Durante o primeiro dia de evento, 26 de outubro, ocorreram três mesas, nas quais se concentraram as discussões em torno dos processos políticos e culturais de resistência, memória e reparação, isto é, mobilizações e novas pactuações que se dão tanto após a violência da destruição e da perda quanto como forma de sua prevenção em função da ação predatória do mercado imobiliário e de outras forças econômicas associadas a processos de enobrecimento urbano e expulsão de populações em situação de vulnerabilidade social. Também se discutiram as disputas e negociações relacionadas à sedimentação social das lembranças e esquecimentos propiciados por episódios traumáticos de perdas materiais.

A primeira mesa (*Museus, destruições, construções: estratégias de valoração, resistências e resiliências*) explorou fortemente a potencialidade de ações ligadas à museologia social tanto no combate a processos de perda e de expulsão de populações quanto no seu registro, documentação e memorialização. Além disso, foi discutido como espaços tradicionais da memória fortemente presentes no imaginário de parcelas significativas da população, por exemplo o Museu Nacional, podem responder aos episódios traumáticos de destruição. O mediador foi Renato Cymbalista.

Diana Bogado apresentou o caso do Museu das Remoções, no Rio de Janeiro, ação de museologia social articulada ao projeto de extensão universitária.

Trata-se de uma iniciativa de resistência às remoções ligadas aos megaeventos ocorridos no Rio de Janeiro, na última década, na Vila Autódromo. Ainda que o processo de resistência não tenha prevenido a permanência da maior parte da população que foi alvo das remoções, a iniciativa museológica atuou no sentido de promover a mobilização popular e registrar a presença e a memória daqueles sujeitos naquele lugar: ao menos um dos efeitos do processo de destruição da comunidade local, seja com o apagamento, seja com o esquecimento de existências, foi revertido.

Gleyce Kelly Heitor apresentou a ação de museologia social e de formação de museu de território que trafega por caminhos similares aos do Museu das Remoções, o Museu da Beira da Linha do Coque. Com inspiração no Museu da Maré (inaugurado alguns anos antes), trata-se de um museu comunitário construído em reação também aos processos de remoção associados às obras da Copa do Mundo na cidade. Amparado na noção de uma “estética camelô”, o museu reivindica a democratização da possibilidade dos sujeitos construírem suas próprias narrativas acerca de suas existências numa contratática museal em reação às estratégias de musealização e memorialização oficiais e vindas de cima para baixo. O museu desafia concepções tradicionais da prática museal, inclusive, ao se entender “intermitente”, isto é, em contraponto à definição oficial de museu como instituição permanente, ativado sempre que for necessário pelos sujeitos que o tornam vivo: perenidade, afinal, reitera a autora, é privilégio dos proprietários e esse é um museu pirata e de luta. Mobilizando ainda de forma engenhosa e profunda o vocabulário museal tradicional, Gleyce Heitor explora as formas com que essa contratática emprega para ressignificar elementos fundamentais da prática museal impregnados de colonialidade, trazendo exposições e exemplaridades de afirmação de existências que são alvo de violência do Estado e do mercado, e não como a ação colonizadora de dominação sobre o outro.

Anita Almeida e Pablo Hereñu discutiram formas de lidar com o legado do luto e do apagamento associados ao incêndio no Museu Nacional. Almeida nos provocou a pensar o desastre a partir da história e historicidade das peças do acervo, sobretudo daquelas que foram vítimas das chamas, em uma sucessão de políticas oficiais de estado de memória e de colecionismo a que se articula a ação do Museu Nacional desde sua

inauguração, em 1818. Ela apresenta, em particular, o caso da perda de coleções de objetos que foram fruto das escavações em Pompeia e Herculano nos séculos XVIII e XIX. As peças de valor inestimável e irrecuperáveis eram resquícios da destruição. Agora, passado o incêndio, cabe pensar uma arqueologia dos escombros do próprio museu, adicionando novas camadas de significado ao acervo. Pensar no Museu Nacional tal qual um museu popular significa também promover a adequada curadoria desse acervo – tanto o protegido e salvo quanto aquele perdido –, levando em conta todas as mobilizações políticas e ideológicas que se fizeram dele. Como um espaço que foi ao mesmo tempo residência do imperador e sede do colecionismo de Estado e, portanto, local privilegiado para pensar os processos de construção da identidade nacional, é fundamental articular esses vários sentidos associados à invenção da memória e do esquecimento dos elementos de seu acervo.

Hereñu apresentou o projeto de arquitetura vencedor do concurso de ideias para o restauro do Museu Nacional após o incêndio, atualmente em fase de amadurecimento e execução. O arquiteto reiterou a necessidade de não apagar as marcas da tragédia e do luto na nova espacialidade do museu, ao mesmo tempo em que se respeita sua trajetória e se dialoga com o conjunto de espacialidades e materialidades que se acumulam ao longo do tempo no seu conjunto edificado. Trata-se de uma complexa e rica sucessão de camadas, de adições, de reformas e mesmo de pequenas destruições que acumulam ao longo de duzentos anos do complexo arquitetônico e paisagístico à qual se soma, sem qualquer desejo de uma celebração acrítica do luto em relação à tragédia de 2018.

A segunda mesa (*Patrimônio, apagamentos e ressignificações: apagamentos causados por políticas públicas, acidentes e traumas*) desse primeiro dia de evento, mediada por Deborah Neves, explorou processos de apagamento e ressignificação, principalmente sua articulação a efeitos perversos de políticas públicas mal desenhadas ou explicitamente desenhadas com finalidades de remoção e silenciamento.

Simone Scifoni apresentou o caso do Parque do Povo. Trata-se de tradicional espaço para a realização da prática do futebol de várzea na cidade de São Paulo, uma referência cultural relevante para parcelas significativas da população da cidade. Localizado junto à marginal leste

do Rio Pinheiros, o complexo paisagístico encontra-se hoje em um bairro predominantemente elitizado cujo perfil de renda mudou radicalmente nas últimas décadas, levando à expulsão de populações de baixa renda que o ocupavam. No entanto, em função de permanecer nos anos 1990 como um polo resistente da prática do futebol de várzea em meio à verticalização intensa do entorno, o parque foi tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat), como patrimônio cultural do estado – num momento em que ainda não havia instrumentos específicos para registro e salvaguarda do patrimônio imaterial. Scifoni discorre sobre a trajetória de flexibilização seletiva desse tombamento associado a um processo geral de desregulamentação e de ajuste das políticas de patrimônio ancorada num entendimento neoliberal da cidade como negócio: embora o tombamento reiterasse a necessidade da permanência da prática do futebol de várzea no local, utilizou-se o próprio tombamento como justificativa para a expulsão dos times de várzea com o argumento de que eles estariam degradando o bem tombado. Em função disso, hoje o Parque é um espaço verde elitizado e utilizado quase exclusivamente pelas camadas de mais alta renda da cidade e no qual praticamente já não há mais registro da prática do futebol de várzea que havia justificado o tombamento. Trata-se, afinal, de uma política deliberada de destruição e apagamento promovida pelo Estado valendo-se de uma retórica preservacionista.

Cristina Meneguello apresentou o caso do incêndio, em 1º de agosto de 2004, dentro de uma unidade da rede de supermercados Ycuá Bolaños, em Assunção, no Paraguai. A tragédia foi agravada pela ação criminosa dos gestores do supermercado, que bloquearam as saídas de emergência do estabelecimento com medo de que os clientes – vítimas do incêndio – deixassem o local sem pagar pelos produtos que carregavam. Foram cerca de 374 pessoas mortas e mais de quinhentos feridos. Seguiu-se ao incêndio uma enorme mobilização pela reparação às vítimas e seus familiares, reparação não só de ordem financeira, mas também memorialística. Assim, as ruínas do supermercado tornaram-se uma espécie de memorial espontâneo ao longo dos anos, mobilizando o imaginário local e mantendo viva materialmente, em forma de pequenas e múltiplas intervenções no local,

a memória dos mortos e feridos. A data entrou ainda no calendário local como um lugar de memória da tragédia, da violência e do luto pelo incêndio.

Flávia Brito do Nascimento, finalmente, trouxe reflexões quanto à presença e à ausência de exemplares de conjuntos habitacionais ligados à arquitetura moderna entre o rol de bens patrimonializados na França. Verifica-se a recorrência de uma lógica de patrimonialização nominativa na qual ainda se privilegia o reconhecimento daqueles bens intrinsecamente ligados às narrativas canônicas sobre a arquitetura: as unidades de habitação de Corbusier e alguns conjuntos pré-guerra são os poucos oficialmente reconhecidos pelo país e, mesmo assim, são pouco representativos em relação à enorme produção de habitação coletiva produzida na França ao longo do século XX. Soma-se a esse cenário a associação desses conjuntos aos problemas sociais diversos e ao imaginário da sua derrubada como solução para tais problemas. Nesse sentido, mesmo com enormes mobilizações por parte de associações de moradores – em grande parte populações imigrantes ou de filhos de imigrantes em situações variadas de vulnerabilidade social –, os protestos contra a derrubada dos conjuntos não levam necessariamente à preservação.

A terceira e última mesa do primeiro dia (*Patrimônio, apagamentos e ressignificações: apagamentos causados por políticas públicas, acidentes e traumas*) reuniu representantes de diversos coletivos que atuam em São Paulo com foco no direito à memória e à permanência. Falaram acerca de suas experiências os coletivos Pró-Pinheiros, os moradores da Chácara Jaboticabeiras, o grupo de trabalho Ó-Brasilândia da Rede Paulista de Educação Patrimonial, Coletivo Salve Saracura e o grupo Ururay. Ao longo das falas e da apresentação das reflexões e práticas de cada grupo ficou evidente a necessidade de articulação entre a defesa do direito à memória com as lutas urbanas dos movimentos de moradia e direito à cidade. A discussão também reiterou a necessidade de superar formas isoladas de voluntarismo, por mais bem-intencionadas que sejam, a fim de reivindicar e reaparelhar o Estado como um efetivo instrumento de garantia e salvaguarda de direitos. A mesa foi mediada por Nilce Aravecchia-Botas.

2.2 Dia 2

A quarta mesa do evento (*Centros históricos, desastres e políticas: desastres ambientais recentes nas cidades coloniais tombadas, discutindo as estratégias*

de gestão, memória e reconstituição), mediada por Maria Lúcia Bressan Pinheiro, iniciou o segundo dia do seminário com foco em processos de destruição e resistência em centros históricos. As discussões navegaram pelo desenho e execução de políticas públicas adequadas e pela avaliação dos instrumentos de preservação disponíveis.

Renata Allucci e Maria Cristina Schicchi fizeram uma reflexão sobre o caso da enchente ocorrida em São Luiz do Paraitinga, em 2010, e da reconstrução do seu patrimônio edificado, discutindo o problema à luz da cátedra da Unesco *Rios e patrimônio*. Trouxeram como exemplo o caso do vale do Rio Loire, ecossistema a que se integram cerca de duzentos monumentos oficialmente reconhecidos. As pesquisadoras destacaram a necessidade de pensar a integração dos rios em sítios patrimoniais como elementos inerentes ao processo de preservação, entendendo seus fluxos naturais e superando o estigma do rio como uma ameaça; bem como a integração do rio ao processo de reconstrução de São Luiz, reconhecendo sua presença no imaginário popular (por meio de lendas, marchinhas, poemas e outras manifestações culturais) e entendendo-o (assim como suas cheias) como elemento constitutivo do patrimônio comum local.

George da Guia e Ana Clara Gianecchini discutiram a necessidade de estabelecer parâmetros precisos e com algum grau de objetividade para orientar processos de preservação à luz das normativas recentemente promovidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) na regulamentação do tombamento de Ouro Preto, assim como em função de tragédias recentes que resultaram de deslizamentos e outros acidentes semelhantes. Ouro Preto é particularmente conhecida pelo seu histórico tombamento “até onde a vista alcança”, o que gera imprecisões, arbitrariedades e enormes dificuldades de interlocução transetorial com outras políticas públicas. Busca-se tal articulação, portanto, por meio de uma gestão territorial, paisagística, urbana e patrimonial integrada.

Nivaldo Andrade, finalmente, apresentou a trajetória do processo de patrimonialização no centro de Salvador em paralelo à sucessão de episódios de destruição e expulsão de populações residentes, assim como em paralelo aos vários processos de resistência que vêm se articulando por tais populações de forma cada vez mais intensificada. Apesar da patrimonialização ter se sofisticado ao longo dos anos, partindo de edificações isoladas até

os anos 1950 e avançando para conjuntos urbanos nos anos 1970 e para áreas de proteção cultural em tempos mais recentes, ela acompanha (e por vezes colabora) com estruturas e processos de esvaziamento e expulsão da população de baixa renda. Deslizamentos nas encostas, por exemplo, são tomadas como oportunidades pelo poder público para fazer avançar tais processos – muitas vezes em nome da preservação. Destacaram-se, contudo, mobilizações e intervenções populares recentes, como “O centro antigo sangra”, “O centro antigo é do povo” e, em particular, a ação de espalhamento de cartazes e lambe-lambes com os dizeres “Aqui podia morar gente”, que foi alvo de criminalização pelo Decreto-Lei 25 em função de ser proibida a afixação de cartazes em bens tombados. Dessa forma, a não integração entre políticas habitacionais, urbanas e de patrimônio (ou, quando pior, sua integração com intenções de expulsão de população de baixa renda) colabora com esse esvaziamento popular do centro.

Na tarde de 27 de outubro deu-se a quinta e última mesa do evento (*Metrópoles, demolições, valorações: os embates de preservação urbana, o lugar do cotidiano e dos monumentos, a luta pela preservação e os embates no legislativo e nos órgãos de preservação, diante do planejamento e das políticas de gestão*). Discutiram-se alguns casos emblemáticos de destruição de bens culturais cujas implicações em muito transcendem a perda irreparável das materialidades, articulando-se a negociações de memórias, identidades e presenças na cidade. A mesa foi mediada por Andrea Tourinho.

Fernando Atique falou sobre a trajetória do Solar de Monjope, antiga residência de José Marianno Filho no Rio de Janeiro. Tal edificação, para além de sua vinculação ao personagem histórico, se constituía em um polo narrativo e, em certo sentido, performático e ritualístico nos processos de negociação e sedimentação de representações acerca da identidade nacional, na medida em que a casa era usada pelo próprio Marianno como instrumento didático: apresentando-se publicamente como um manifesto arquitetônico e cultural, tratava-se efetivamente de um documento de uma certa visão no que concerne às discussões a respeito da formação da nação nas primeiras décadas do século XX. O desinteresse dos familiares na preservação do imóvel em função do valor fundiário da propriedade e a não aceitação dessa arquitetura no cânone arquitetônico brasileiro levaram inevitavelmente à sua destruição, ainda que existissem vozes em contrário na opinião pública, como um abaixo-assinado

encabeçado por Burle Marx. Numa teia que envolvia interesses imobiliários, disputas sobre os projetos para a cidade, o papel da imprensa na legitimação desses interesses e o desejo de preservação por parte de alguns interessados, o caso do Solar de Monjope é significativo de um certo momento das políticas de preservação e de seus limites.

Silvio Oksman apresentou reflexões em torno da recente intervenção no Estádio do Pacaembu, em São Paulo, em decorrência da concessão de sua manutenção e gestão para a iniciativa privada. Destacou como um bem público caracterizado não só pelo estádio, mas por todo o complexo esportivo municipal, transformou-se gradualmente em um produto comercial cada vez mais exclusivo. Inserido em um bairro da elite paulistana, o Pacaembu ainda era palco da presença popular em função dos jogos de futebol. No entanto, conforme ele se torna um produto comercial cada vez mais exclusivo, o estádio fica esvaziado de presença popular e, paralelamente, recebe intervenções que o aproximam cada vez mais de estéticas elitizadas distantes daquelas do futebol popular.

Fechando a mesa, Mariana Kimie Nito, Cláudia Muniz e Mariana Pessoa discutiram acerca dos limites da legislação e dos instrumentos de patrimonialização no contexto do bairro do Bixiga, em São Paulo, onde se localiza o Centro de Preservação Cultural. Apresentaram os limites do tombamento do bairro e da ação de instrumentos como a Zona Especial de Preservação Cultural (ZEPEC) em função tanto do avanço de interesses imobiliários cujos empreendimentos conflituam com as ambiências e colaboram com os processos de expulsão de populações frágeis, como de ações de remoção por parte do poder público. Em particular, apresentaram o caso dos Arcos do Bixiga, obra de infraestrutura e bem cultural sobre a qual, escondido, encontrava-se até os anos 1980 um casario encortiçado onde vivia uma população de baixa renda que seria expulsa dali com a justificativa, entre outras, de valorizar o bem cultural.

3 PRINCIPAIS QUESTÕES LEVANTADAS

O conjunto das questões levantadas ao longo do evento nos permite identificar não só algumas temáticas transversais e comuns aos diferentes contextos como também revelar problemas emergentes ao campo do patrimônio cultural que apontam, como era pretendido pelo seminário,

para novas negociações, disputas, pactuações e mobilizações sociais dos bens culturais e dos processos de patrimonialização.

Vários casos de processos de expulsão de populações nas quais se deram iniciativas de memorialização das experiências e subjetividades que foram alvos desses atos de violação de direitos apontam para processos de patrimonialização que, respondendo à desarticulação violenta de modos de vida e de existência, articulam, em sentido contrário, a luta pela memória e pela permanência das populações tomando o patrimônio como uma forma de resistência. Nesse sentido, o vocabulário do patrimônio cultural e dos museus, seus instrumentos e práticas surgem como mais uma ferramenta de luta pelo qual se reafirmam essas existências silenciadas. Tais iniciativas de patrimonialização e musealização feitas “de baixo para cima”, seja reagindo às violências do Estado ou do mercado, seja lidando com o luto e com o trauma, constituem-se efetivamente a partir da construção de políticas museais e patrimoniais em perspectiva decolonial. Mais do que lamentar o luto e o trauma, trata-se mesmo de reafirmar existências e combater silenciamentos por meio de práticas, discursos ou mesmo epistemologias patrimoniais e museais que desafiam os consensos do campo.

Em decorrência disso, é possível também afirmar que, em muitos desses casos, superamos em grande medida o velho paradigma da “retórica da perda” que, conforme o clássico estudo de José Reginaldo Santos Gonçalves (2004), tão bem caracterizou as práticas e discursos patrimoniais no Brasil ao longo do século XX. Para além do lamento em torno de autenticidades perdidas, essas novas formas de organização da memória e das referências culturais feitas por tais populações espoliadas parecem indicar que de um patrimônio recheado de “retórica da perda” vislumbramos hoje um patrimônio tático que se constitui por ferramentas de luta, isto é, ferramentas que aparecem nos “museus intermitentes” (ativados quando necessários), nas apropriações populares de políticas públicas como as dos pontos de cultura e de memória (mesmo quando elas deixam de existir) ou na ação direta de memorialização feita à revelia dos órgãos oficiais. Em certo sentido, tratamos aqui da emergência de “artes (patrimoniais) do fazer” taticamente mobilizadas pelas populações em resposta às estratégias oficiais, para usar do vocabulário associado a Michel de Certeau (CERTAEU, 2012; CERTEAU; GIARD, MAYOL, 2012).

Tais mobilizações inclusive se revelam necessariamente transeitoriais, uma vez que ultrapassam na prática os limites usuais que profissionais e pesquisadores do patrimônio tradicionalmente enfrentam entre políticas públicas ligadas ao planejamento urbano, à infraestrutura, à cultura etc. No dia a dia dos processos de resistência, esses limites perdem sentido e as ações se revelam necessariamente como fruto de operações de síntese.

Contudo, as discussões também apontaram a necessidade de reafirmar o Estado como espaço privilegiado para a ação técnica qualificada e de interesse público, afastando tanto concepções neoliberais do Estado como entidade meramente gerencial dos interesses particulares quanto de um Estado visto exclusivamente como o vilão a ser combatido. Nesse sentido, reafirmou-se a necessidade de não só ocupar de forma qualificada as estruturas do Estado ligadas à preservação do patrimônio cultural, reafirmando e valorizando a autoridade de conselhos de preservação e seus órgãos técnicos associados, como também de entender que é no Estado que políticas públicas adequadas, democráticas e, sobretudo, perenes podem ser implantadas, a fim de assegurar e salvaguardar os direitos patrimoniais mobilizados nesses processos populares.

Isso não significa, no entanto, ignorar os limites e contradições próprios do campo do patrimônio, seja em seus aspectos epistemológicos e teóricos, seja na execução de políticas públicas. Contudo, é nesse encontro entre esses “novos personagens que entram em cena”, para usar célebre expressão de Éder Sader (1988) associada a um período histórico no qual também assistimos à luta pela democratização do patrimônio, com o acúmulo de experiências e saberes do campo que novas formulações, mobilizações, pactuações podem surgir. Dessa forma, o saldo desse conjunto traumático e violento de demolições e destruições pode ser o da construção criativa de novas formas de imaginar o mundo e, portanto, de imaginar o próprio campo da preservação.

REFERÊNCIAS

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Rio de Janeiro: Vozes, 2012. v. 1.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre (org.). *A invenção do cotidiano*. Rio de Janeiro: Vozes, 2012. v. 2.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: discurso nacionalista e patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, p. 211-228, 2015.

SADER, Éder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo: 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

